



Força Tática e Batalhão de Ações Especiais da Polícia Militar deslocaram efetivo para a área e ajudaram a controlar a situação; Guarda Portuária, policiais federais e integrantes da Marinha também foram acionados

PF eleva nível de segurança no Porto

Medida da Polícia Federal ampliou ação das forças de segurança no cais e permitiu retomada de atividades após protestos da Estiva

DA REDAÇÃO

Após ficar mais de 24 horas sem operar no Porto de Santos, a Ecoporto retomou ontem, às 13 horas, o embarque de veículos militares em navio que segue para a Indonésia. A atividade só foi possível após a Polícia Federal (PF) elevar o nível de segurança no Porto de Santos, em função dos protestos e invasões dos estivadores.

A alteração no nível de segurança permite que forças não federais (Polícia Militar) acessem o cais. PF, Força Tática, Batalhão de Ações Especiais da Polícia Militar (Baep), Marinha e Guarda Portuária atuaram na ocorrência.

O Sindestiva pressiona a operadora a cumprir o acordo coletivo de 100% avulso. Segundo a categoria, não existe nenhum vínculo entre o sindicato e as empresas Proporto e Ecoporto, ambas do mesmo grupo.

“Tentamos negociar, enviávamos ofício, mas a Ecoporto é radical. Quer descumprir o acordo, colocando pessoas que nem registro no Ogmo (Órgão Gestor de Mão de Obra) têm. Não tem como ter trabalhador em qualquer atividade portuária sem negociar condições de trabalho”, disse ontem o presidente do Sindestiva, Rodnei Oliveira, o Nei da Estiva.

Para Nei, foi “desnecessário elevar o nível de segurança no cais. Pessoas ilegais, desqualificadas trabalhando é que trazem risco para o cais. A PF deveria averiguar isso”.

A operadora rebate o sindicato e afirma que está fazendo tudo dentro da legalidade. “O Ecoporto manteve suas operações portuárias paralisadas por três anos, com a consequente dispensa de trabalhadores portuários com vínculo empregatício. Com a retomada de suas operações, a companhia investiu na contratação de trabalhadores para atuação direta na operação portuária”.

Ainda de acordo com a nota da Ecoporto, “todas as



Estivadores pressionam empresários a cumprir acordo coletivo, com 100% de avulsos; segundo a categoria, não há vínculo entre o sindicato e as empresas Proporto e Ecoporto

CONFLITO

A Ecoporto afirma que faz tudo dentro da legalidade, mas o Sindicato dos Estivadores contesta, alegando que a contratação de mão de obra é ilegal. Os sindicalistas pretendem negociar um acordo com a empresa o mais rápido possível. Caso isso não seja feito, a Estiva fará assembleia que pode decidir sobre outras manifestações no Porto.

contratações para recomposição do quadro de estivadores vinculados foram realizadas de forma estritamente legal, o que incluía divulgação de editais e o cumprimento das demais exigências. A atuação dos trabalhadores vinculados é regrada pela legislação trabalhista”.

A empresa esclarece ainda que “não há qualquer obrigação de percentual ou divisão entre trabalho portuário de avulsos e de vinculados”. Para a companhia, não há qualquer previsão

legal que obrigue um prévio acordo coletivo para regular a contratação de trabalhadores portuários com vínculo empregatício.

A nota também informa que “muitos estivadores se inscreveram, foram selecionados e contratados, mas foram ameaçados quando compareceram ao trabalho”.

HISTÓRICO RECENTE

Na sexta-feira, os estivadores entraram no terminal da Ecoporto e paralisaram as atividades de um navio atracado. Eles alegaram que a embarcação estava sendo operada sem mão de obra especializada e sem equipamentos de proteção.

No sábado, continuaram realizando protestos na frente da Ecoporto. O terminal resolveu paralisar as operações por 24 horas.

Ontem, os diretores do Sindestiva receberam a informação que o navio Prominent Ace, atracado em

VIGILÂNCIA ILEGAL



Um soldado da Polícia Militar que fazia bico de segurança para o terminal portuário Ecoporto, com pistola 9mm sem registro, foi detido em flagrante por colegas de farda e saiu do cais hostilizado por estivadores. O PM, na companhia de um policial civil e outro policial reformado, fazia a segurança na empresa quando, após momento de crise no local, foi abordado por colegas que faziam o controle da situação na área. Ele teria apresentado registro de arma uma PT cal. 40. Na vistoria do seu veículo, embaixo do banco do motorista foi localizada a PT Bersa cal. 9mm sem o devido registro. O caso foi registrado na Central de Polícia Judiciária (CPJ) de Santos.

um terminal público no cais santista (Terminal de Veículos, em Guarujá), iria começar a ser operado por “trabalhadores em situação irregular”, segundo a categoria.

Eles adentraram no navio às 7h30. “A operação não teve início, pois além da presença da direção do sindicato, também não havia requisição de estiva no Ogmo e nenhum tipo de acordo. Os mesmos iriam trabalhar com mão de obra estranha, já que haviam duas vans de transporte no local cheias de trabalhadores”, declarou a categoria.

As 9h30, os sindicalistas foram levados para a delegacia da Polícia Federal e liberados somente à noite. “Vamos tentar sentar na mesa e negociar para acabar com o conflito. Se não quiserem conversar, faremos assembleia para deliberar as próximas ações”, avisa Nei.